



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

DARIANE PINHEIRO BARROSO

**PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS: UM OLHAR
SOBRE AS OPORTUNIDADES E DESAFIOS, AO LONGO DOS ANOS**

ANANINDEUA
2024

**PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS: UM OLHAR
SOBRE AS OPORTUNIDADES E DESAFIOS, AO LONGO DOS ANOS**

Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Licenciatura em História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Anna Maria Alves Linhares.

DARIANE PINHEIRO BARROSO

**PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS: UM OLHAR
SOBRE AS OPORTUNIDADES E DESAFIOS, AO LONGO DOS ANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Data da aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Dr.º Carlos Bastos

Dr.º Wesley Kettlen

Dr.^a Anna Maria Alves Linhares

RESUMO

A pesca artesanal de pequena escala emprega cerca de 90% dos pescadores, a nível mundial. O estado do Pará detém 562 km de costa e conta com aproximadamente 163 comunidades adeptas da pesca artesanal, distribuídas em 17 municípios litorâneos. Neste contexto, este estudo teve como objetivo caracterizar a comunidade de pescadores artesanais pirabenses, levando em consideração suas principais características culturais e históricas. A coleta primária de dados para análise foi feita por meio de questionário técnico-participativo e por fontes bibliográficas multivariadas. Posteriormente, foi realizado uma entrevista com a aplicação de perguntas referentes aos desafios que esses trabalhadores enfrentam no seu dia a dia. Os dados analisados indicaram que os atores que atuam na pesca artesanal no município de São João de Pirabas tem como mercadoria os mariscos, pescados e crustáceos, além de seus subprodutos, a exemplo, o “grude” e mesmo com uma grande variedade de produtos, ainda obtém os rendimentos financeiros discretos, fato que leva muitos profissionais desta área a situações de marginalização ou esquecimento. Diante deste panorama desafiador, torna-se evidente a urgência de ações estratégicas para promover melhorias nas condições laborais desses atores. É necessário que haja medidas como o estabelecimento de políticas que assegurem uma remuneração justa, a implementação de programas de capacitação profissional e a criação de mecanismos para captação eficiente de recursos pelo poder público são cruciais para garantir a sustentabilidade da atividade.

PALAVRAS-CHAVE: desafios; litoral paraense; pesca artesanal.

ABSTRACT

The small scales artisanal fishing employs around 90% of fishermen worldwide. The state of Pará has 562 km of coastline and has around about 163 communities that practice artisanal fishing, distributed across 17 municipalities. In this context, this study has the objective of characterize the community of artisanal fishermen located in Pirabas, taking into consideration their main cultural and historical characteristics. The primary data collection for analysis was done through a participatory questionnaire and through multivariate bibliographic sources. The data analyzed indicated that the actors who work in artisanal fishing in the municipality of São João de Pirabas have mussels, fish and crustaceans as their merchandise, in addition to their subproducts, for example, the isinglass and even with a wide variety of merchandise, this group still obtains discreet financial income, a fact that lead many professionals in this area to

situations of marginalization or oblivion. Considering that challenging panorama, the urgency of strategic action to promote improvements in the working conditions of these actor become evident. It is necessary to take measures such as the establishment of policies that ensure fair remuneration, the implementation of professional training programs and the creation of mechanisms for efficient fundraising by public authorities, wich are crucial to ensuring the sustainability of the activity.

KEY WORDS: challenges; coast of Pará; artisanal fishing.

1 INTRODUÇÃO

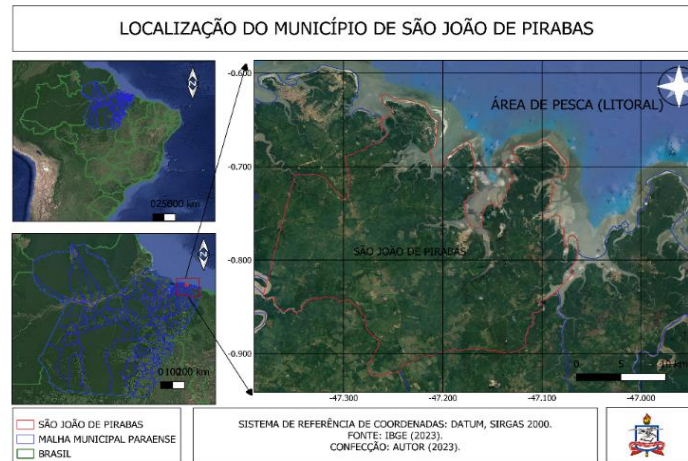
A pesca artesanal de pequena escala emprega cerca de 90% dos pescadores, a nível mundial (FAO, 2012). Porém, apresenta baixa rentabilidade, devido as próprias limitações da atividade. Ademais, os atores responsáveis por este nicho de trabalho atuam, geralmente, em parceria com membros da própria família e utilizam métodos tradicionais para fazer a captura do pescado (ABREU *et al.*, 2022).

Apesar das limitações situacionais, estes atores brasileiros usufruem de circunstâncias benéficas para o desenvolvimento de atividades aquícolas, tais quais: Zona Econômica Exclusiva (ZEE)³, costa marítima de extensão vasta (8.500 km), 12% da água doce disponível no planeta, condições climáticas favoráveis e alta disponibilidade de mão de obra (XIMENES, 2021).

O estado do Pará detém 562 km de costa e conta com aproximadamente 163 comunidades adeptas da pesca artesanal, distribuídas em 17 municípios litorâneos (IBGE, 2023). Ademais, estas áreas são propícias para a atividade, pois contam com reservas naturais extensas, presentes em igarapés, rios, manguezais e estuários.

Um destes municípios é São João de Pirabas (Figura 1) que também traz consigo comunidades adeptas da pesca artesanal, em situação ativa. Ademais, detém aproximadamente 23.440 habitantes com 35 anos de emancipação, a distância em linha reta entre São João de Pirabas e Belém (capital) é 164,97 km, mas a distância de condução é 200 km. O município se estende por 705,8 km². Contém somente um porto (chamado de Beiradão) para que o desembarque do pescado seja realizado. Suas praias e sua beleza natural paradisíacas atraem turistas de diversas regiões (IBGE, 2023).

Figura 1: Área de interesse



Fonte: IBGE (2023)

O desenvolvimento da comunidade local iniciou-se na década de 90, impulsionado por atividades econômicas vinculadas à construção civil, pecuária, pesca, agricultura e, notavelmente, ao turismo. A beleza natural da localidade atrai, anualmente, um considerável número de turistas, acarretando não apenas em avanço econômico, mas também na expansão da malha urbana. Durante o período do cívrio local, é possível observar uma considerável multidão de fiéis que converge para o município (BRITO; SILVA, 2023).

Os deslocamentos de indivíduos, bens e aporte de investimentos foram determinantes para a incorporação deste município ao contexto do turismo nacional, estimulando a utilização de residências temporárias na zona litorânea. Tal expansão resultou na ocupação substancial da faixa costeira e no estabelecimento irregular em locais de maior vulnerabilidade ambiental, tais como margens de rios, áreas alagadas e manguezais (CÂMARA; SILVA, 2021).

Atualmente, devido à quantidade limitada dos recursos, a economia se organiza de modo a projetar em empresas, autônomos e sociedade, meios de consumo e produção sustentáveis, a fim de garantir maior longevidade à espécie humana e equidade na distribuição de privilégios. Ademais, isto está ligado a relação que os homens tem entre si na produção dos bens e serviços, como observamos nos estudos de Neves e Viceconti (2017), esta dinâmica está relacionada à satisfação dos desejos e aspirações da sociedade. Outrossim, esta depende do uso direto dos recursos existentes que, em sua maioria, são limitados. Logo, uma questão econômica essencial se refere à gestão da escassez dos bens, serviços e produtos (TIROLE, 2020).

No mais, em termos superficiais, as distinções que ocorrem entre a pesca artesanal e a industrial estão ligadas a uma legislação definida que engloba majoritariamente a pesca industrial, além de contar com incentivos financeiros, devido ao porte e lucratividade que o

empreendimento pode trazer, deixando à margem de incentivos e aparos legais a comunidade que realiza a pesca artesanal (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Deste modo, este estudo tem como objetivo geral caracterizar historicamente a comunidade de pescadores artesanais pirabenses através de estudos bibliográficos e pesquisa de campo com uso de questionário e tem como objetivos específicos identificar os indivíduos responsáveis pela pesca artesanal na região pirabense, bem como mostrar seus aspectos sociais e os desafios enfrentados pela classe.

A justificativa em ter a comunidade de pescadores pirabenses como objeto de estudo está relacionada com a necessidade de compreender a dinâmica de trabalho que estes indivíduos exercem, no decorrer dos anos, além de suas características tradicionais que, por vezes, não recebem o devido reconhecimento quando se trata de uma remuneração justa e a ausência de respeito que por muitas vezes ocorre devido ao seu trabalho e os deixam à margem dos incentivos públicos e privados.

Logo, compreendemos que a relação do mercado e do processo de industrialização da atividade pesqueira tem uma grande influência na desarmonia entre pesca artesanal (caracterizada pelo modo de vida tradicional e pela escassez de tecnologias necessárias para se realizar o processo de pesca) e pesca industrial (caracterizada pelas relações de trabalho capitalistas e alta tecnologias em grandes embarcações). Pode-se observar uma distinção social e econômica gritante, no que tange esses dois grupos (ADOMILLI, 2009).

Vale ressaltar que, um dos aspectos relevantes da pesca artesanal realizada na área do nordeste paraense se dá a partir do conhecimento empírico, geralmente passado de pai para filho. Tais aspectos podem ser exemplificados na habilidade de tecer redes/apetrechos de pesca ou até mesmo se basear pelos astros durante as navegações (LEBRE *et al.*, 2014).

Esta atividade de baixa escala de produtividade é organizada de modo familiar e apresenta características idôneas como a interdependência dos ciclos e recursos naturais, de forma que sua subsistência depende de uma manutenção das características culturais e tradicionais, porém pelo seu baixo nível de impacto ambiental, contribui positivamente para a sustentabilidade do meio ecológico (BRITO *et al.*, 2015).

Mesmo sendo uma atividade essencial ao meio ambiente, é notável que devido à baixa produção, a ascensão de classe econômica para essas comunidades é limitada e dificultosa, pois as populações tradicionais possuem uma relação intrínseca com os recursos naturais locais como, por exemplo, os mangues, praias, rios e mares, contudo esta inseparabilidade de agentes humanos e naturais é, por vezes, mal compreendida pelas comunidades urbanas modernas, gerando um processo de marginalização e segregação para com os povos tradicionais (GOMES

et al., 2020).

Por conseguinte, observa-se a necessidade intrínseca de preservar os hábitos herdados pelas comunidades pesqueiras por ser um ofício que é parte do hábito de vida das populações ribeirinhas e caiçaras, e que a produção econômica não é o maior destaque destes atores, mas acima de tudo, os hábitos e costumes desenvolvidos, em várias gerações que integram um modelo de interação único entre homem e meio ambiente (FREITAS; RIVAS, 2006).

Este modelo de interação está ligado ao entendimento da operação, investigação dos ambientes de pesca, formas de captura, dinâmicas sazonais e compreensão dos nichos ecológicos (MÉRONA, 1993). Logo, compreende-se que há uma grande complexidade na execução deste ofício, visto que a relação entre as comunidades de pescadores e o meio ambiente se desenvolveu e se consolidou através do conhecimento acumulado de várias gerações que, continua sendo transmitido até os dias atuais (DAADY *et al.*, 2016).

Em detrimento da complexidade sensível desta dinâmica de agroextrativismo, situada na região de São João de Pirabas, foi escolhido este grupo formado por comunidades tradicionais como objeto de interesse, a fim de que haja maior compreensão dos fenômenos que ocorrem neste local e para isto foram feitos levantamento de dados documentais com ênfase para o recorte temporal situado entre 2016 e 2023, a fim de apresentar dados atualizados e confiáveis, cujas bases serão: *Science Eletronic Library Online* (SciELO), Coordenação de Pesquisa e Aperfeiçoamento do Ensino Superior (CAPES), periódicos e *GOOGLE SCHOLAR*.

O método utilizado nessa pesquisa foi o de pesquisa de campo, de acordo com que foi sintetizado por Gil (2008), onde foram realizadas entrevistas diretamente com a comunidade de interesse e apresentados questionários com perguntas necessárias à caracterização histórica do grupo.

Quanto à natureza da pesquisa, é de caráter descritivo e aplicável que, por sua vez, visa expor características a respeito de determinado fenômeno e situação, com o intuito de contribuir na criação de resoluções extensíveis à realidade, conforme o que foi referido por Vergara (2009) em seus estudos.

A entrevista foi realizada a partir da implementação de questionário semi estruturado contendo perguntas referentes à sua visibilidade como cidadão na sociedade e, sendo direcionado ao público de pescadores que atuam na região do município de São João de Pirabas, majoritariamente composto por homens com idade entre 20 e 64 anos, com baixa escolaridade, pouco acesso aos mecanismos básicos de saúde e tendo a pesca artesanal há mais de uma geração na sua família.

No que se refere à abordagem da pesquisa, é de cunho quantitativo e qualitativo, pois

visa expressar com precisão a realidade dos pescadores por meio de informações de origem múltipla, objetivando projetar nitidamente a realidade e vivência dos atores.

O estudo foi construído por fases, tendo o início de sua construção em 18 de abril de 2023, com a realização das primeiras entrevistas com o questionário técnico-participativo (15 unidades), para extrair informações acerca das condições e dificuldades enfrentadas por tais indivíduos, após isso, foi iniciado o processo de pesquisa bibliográfica e confecção textual, tendo o término de todas as etapas na data de 10 de junho de 2024.

No decorrer do procedimento de entrevista, foram coletados dados relativos à vivência destes indivíduos. Foi questionado se estes pescadores têm a sua profissão valorizada e reconhecida pelos órgãos locais e pela sociedade. Além disso, foram coletados outros dados pertinentes à pesquisa, por exemplo, se estes atores detém um sentimento de pertencimento a um grupo indígena ou mesmo possuem parentesco, ou técnicas herdadas por este povo. Em vista disso, foram coletados também outros dados secundários, com o propósito de facilitar a caracterização histórica e socioeconômica destes atores.

As frequências de tamanho amostral neste tipo de estudo não precisam de um quantitativo elevado, pois nas pesquisas desta área temos a percepção cultural como fator de elevada significância e esta representa um percentual majoritário do trabalho (CROUCH; MCKENZIE, 2006). Além de que, a realidade vivida pelos atores não pode ser determinada com precisão, por ser intrínseca à cultura e ao simbolismo, sendo estes irredutíveis às variáveis (KENDALL, 2008). Logo, estas informações obtidas *in loco* permitem compreender a relação mutualística entre os indivíduos e o ambiente que exploram.

Este artigo tem o intuito de apresentar as condições de trabalho atuais da comunidade de pescadores pirabenses, de modo a gerar conhecimentos em torno desse grupo de pescadores artesanais e visando conscientizar a população acerca da importância destes atores, visto que são essenciais na cadeia produtiva alimentar do município. Outrossim, são merecedores de oportunidades adequadas de trabalho e valor aos seus ofícios tradicionais e garantindo-os reconhecimento e visibilidade.

A partir dessa contextualização, é notório que a invisibilidade histórica afeta diretamente o desenvolvimento da pesca artesanal, bem como as relações sociais presentes nessa atividade. Para Leitão (1995) esta problemática está ligada principalmente pela ausência de diretrizes institucionais, os pescadores brasileiros enfrentam com outros pequenos produtores as dificuldades encontradas para a produção e distribuição do pescado; para a busca de linhas de crédito e de financiamento e outros pontos fundamentais para a manutenção do processo de produção pesqueira.

2 LEGISLAÇÃO REFERENTE A PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE PIRABAS

O termo desenvolvimento sustentável foi apresentado no relatório Nosso Futuro Comum de 1987, tendo como diretriz a ideia de um desenvolvimento que atenda às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades. O desenvolvimento sustentável é conhecido na interação entre três pilares: o pilar social, o pilar econômico e o pilar ambiental.

Esse termo surgiu, a partir de acidentes e impasses ambientais, propondo um desenvolvimento econômico com pilares distintos dos praticados até então, onde só se buscava lucros e o uso indiscriminado dos recursos (BURSZTYN, 2018).

Esta troca de visão só foi possível através da produção de trabalhos científicos que colocavam em xeque a manutenção da qualidade de vida do ser humano, a longo prazo. A partir disto, foi se estabelecendo uma legitimidade política acerca do desenvolvimento de uma economia sustentável, focada não apenas em lucros, mas no desenvolvimento seguro dos povos e das cidades.

Este desenvolvimento foi alicerçado em políticas públicas que garantem a qualidade de vida dos atores responsáveis pela pesca artesanal, e as ferramentas mais notórias utilizadas para este fim foram a inserção do seguro desemprego e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para estes indivíduos. O Pronaf é uma política pública voltada para os agricultores familiares, pescadores artesanais e aquicultores, cuja finalidade é financiar ações de infraestrutura, produção e capacitação técnica (SANTOS, 2014).

Estas políticas públicas, tem o poder de fortalecer esta classe de trabalhadores, como podemos observar no caso do seguro desemprego, esta ferramenta é capaz de garantir uma assistência financeira temporária ao pescador artesanal, em casos que o mesmo fique incapacitado temporariamente de exercer seu ofício, como, por exemplo, durante o período de defeso de caranguejo ou do pescado (BRASIL, 2013).

Desta forma, compreendemos a definição de período de defeso e como as medidas regulamentares do governo que visem a proteção das espécies, durante sua fase de reprodução, temos, por exemplo, a Portaria n.º 325, de 30 de dezembro de 2020, que proíbe a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, a comercialização de qualquer membro da espécie *Ucides cordatus*, conhecido popularmente como caranguejo-uçá, no estado do Pará, durante o período de andada (determinado momento do ano em que esta espécie realiza o processo de emigração territorial com o intuito de se reproduzir) de 2021 a 2024. Também, outras espécies são protegidas por outras legislações específicas, como o caso da Portaria n.º

48, de 05 de novembro de 2007, que estabelece normas de pesca para a bacia hidrográfica amazônica e os rios da ilha do Marajó (BRASIL, 2005).

Para o pescador poder gozar dos benefícios do seguro desemprego, o mesmo deverá comprovar que praticou a atividade, em caráter ininterrupto, entre o defeso anterior e o que está em curso, segundo a Lei n.º 8.287, de 20 de dezembro de 1991. Logo, há necessidade do pescador se atentar às condicionantes vigentes, estas informações podem ser adquiridas nas entidades públicas locais, visto que o período de defeso ocorre variação, conforme a região, pois as espécies de pescado detêm períodos de reprodução distintos (BRASIL, 1991).

Contudo, para o indivíduo ter acesso a este benefício, ainda terá que comprovar que exercer a atividade pesqueira ininterruptamente (individualmente ou em regime de economia familiar); esteja inscrito no Registro Geral de Pesca (RGP), há 01 ano, pelo menos; comprove o recolhimento da contribuição previdenciária referente à comercialização da sua produção, nos 12 meses imediatamente anteriores ao pedido do benefício ou desde o último período de defeso, até o início do período atual; não esteja recebendo BPC — Benefício de Prestação Continuada ou qualquer benefício previdenciário, exceto auxílio-acidente e pensão por morte, limitado 01 salário mínimo; não tenha outra fonte de renda; peça o benefício, no prazo de 30 dias antes da data de início do defeso, até o último dia do período do defeso (BRASIL, 2023).

No estado do Pará, para os pescadores artesanais que exercem a atividade como profissão principal, devem-se atentar ao período de defeso estadual que fica configurado no período de 1 de novembro a 28 de fevereiro. Neste intervalo de tempo, o pescador estará somente autorizado a capturar 5 quilos de pescado, mensalmente, respeitando os tamanhos mínimos de captura (ALMEIDA *et al.*, 2015).

Atualmente, existem outros incentivos públicos para a formalização e obtenção de recursos provenientes do governo como meio de assistencialismo, podemos citar como exemplo o Programa de Subvenção do Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras (PSPO). Neste programa, pode-se observar que há um sistema de incentivos à atividade pesqueira, por meio de Isenção Integral do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS), conferida pelos estados da Federação, através da adesão ao protocolo ICMS nº8/96 e Convênio 58/96 (TEIXEIRA, 2022).

Este assistencialismo público, apesar de eficaz e de conseguir mitigar a situação econômica, continua distante de proporcionar uma remuneração adequada e que seja capaz de suprir as necessidades das famílias, visto que os núcleos familiares, em média, apresentam 6,7 indivíduos, conforme os dados obtidos nas entrevistas indicaram. Todavia, de acordo com o

questionário aplicado, somente 45% dos entrevistados no município de São João de Pirabas são os principais geradores de renda familiar.

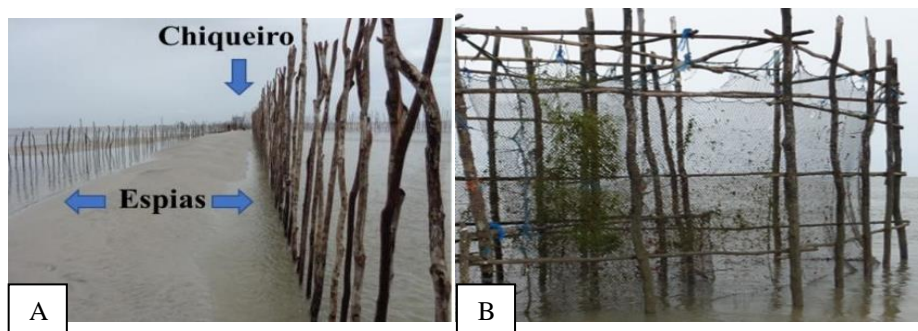
3 ETNOGRAFIA DA PESCA NA REGIÃO DO LITORAL PIRABENSE

Historicamente, a pesca artesanal local, consiste em uma das principais atividades econômicas da região de São João de Pirabas, sendo responsável por um elevado número de empregos. É uma importante fonte de renda e proteína animal para muitas famílias e possui grande relevância para a manutenção cultural das comunidades de pescadores.

As modalidades de pesca mais utilizadas na região são por meio de espinhéis (boias com iscas), redes e currais. Das modalidades supracitadas, a que apresenta características mais tradicionais e, é mais amplamente utilizada pelos pescadores artesanais, é o uso de currais (Figura 2), após a confecção dos mesmos, é possível adquirir pescado, diariamente, minimizando os esforços empregados na pesca, além de otimizar o tempo de retirada do pescado, permitindo que, diariamente, seja feita a comercialização de pescado fresco.

Para a confecção dos currais (Figura 2) ¹são utilizadas “enfias de duas espias”, esta modalidade é dita como “mais eficiente” e também apresenta um baixo custo de confecção, estes currais apresentam duas seções, o “chiqueiro” e as “espias”.

Figura 2: Compartimentos do curral



Fonte: Santos (2020)

Além das técnicas supracitadas, também é possível observar ferramentas tradicionais de origem indígena que são utilizadas em suas atividades cotidianas, utensílios como embarcações caiçara de um só tronco, puçás, espinhéis, anzóis e remo. Mais que isto, esta comunidade de pescadores utiliza técnicas tradicionais referentes à agricultura, a exemplo disto, a coivara, sem

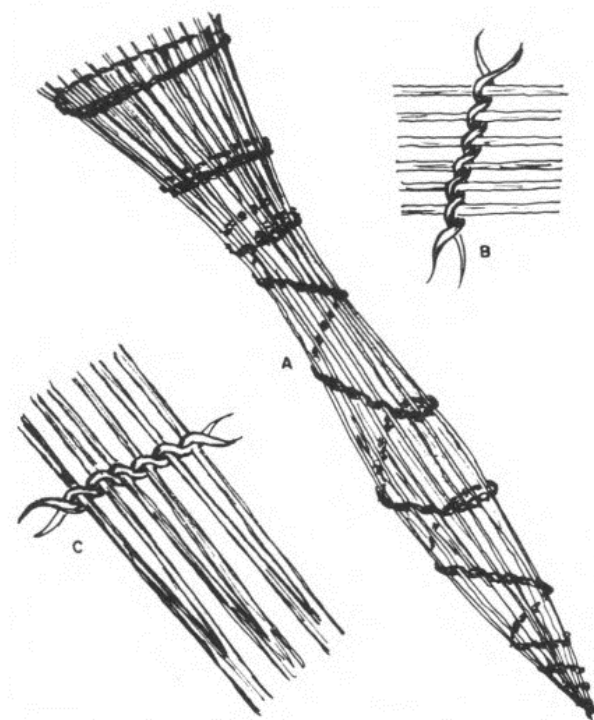
¹ A figura 2-A descreve a estrutura bilateral do curral, enquanto a Figura 2-B dá foco à área de pesca, esta conjectura foi descrita nos estudos de Maneschy (1993).

esquecer a prática da obtenção de carne vermelha por meio da caça. Este “*modus operandi*” de sobrevivência utilizado pelas comunidades caiçaras foi herdado pelos indígenas e “caboclos” (BRITO; LIMA, 2020).

Os conhecimentos indígenas são de total relevância quando se trata da pesca artesanal por ser uma prática pioneira dos mesmos e bastante utilizada até hoje, levando em consideração o uso de variadas técnicas, conhecimento geral das espécies, comportamento alimentar dos peixes, métodos e apetrechos de pesca, em prol de sua subsistência e realizando tal atividade com muita dedicação.

Em relação ao desenvolvimento da atividade de pesca em São João de Pirabas, estas técnicas tradicionais podem ser observadas no uso de instrumentos e ferramentas similares ao Matapi (Figura 3) e o Puçá (Figura 4), tal qual Ribeiro (1988) nos mostra em sua obra intitulada como O Dicionário do Artesanato Indígena, que possibilitem uma demanda menor de tempo, esforço e recursos para o exercício pleno da função disposta.

Figura 3: Apetrecho Indígena (Matapi)

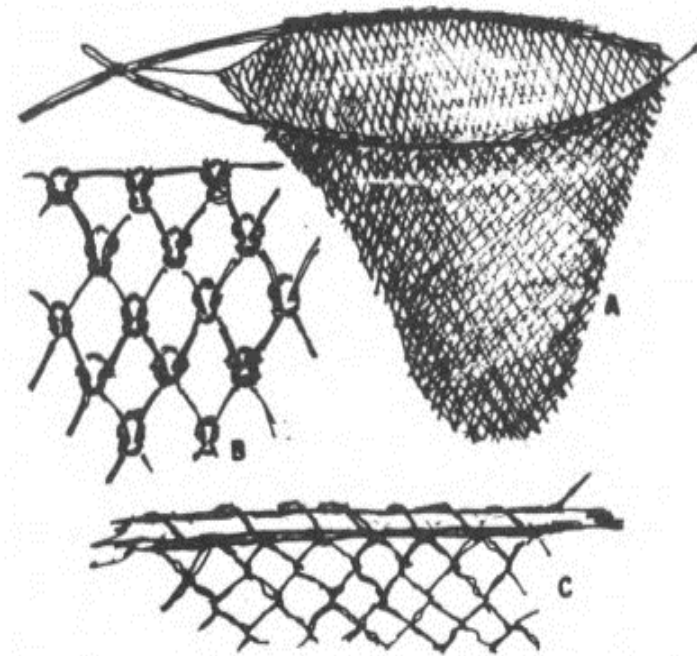


Fonte: Dicionário do artesanato indígena (1988)

Esta otimização da execução da função com uso de ferramentas tradicionais (adaptadas ou não), por parte dos pescadores locais, fica evidente no caso do Puçá (Figura 3) que se enquadra na categoria descrita por Nédélec e Prado (1990) como *Portable Liftnet* ou *Red Izada*

Portable, onde há uma formação de bolsa de rede piramidal com um orifício na parte superior, onde se armazena a isca que são utilizadas manualmente. Além de que, não há objeto com descrição similar na literatura, tornando-o único.

Figura 4: Aparelho Indígena (Puçá)



Fonte: Dicionário do artesanato indígena (1988)

O uso destas ferramentas supracitadas indica que mesmo após muitos anos, alguns instrumentos ou métodos de pesca utilizados pelas comunidades indígenas foram aperfeiçoados, ou simplesmente substituídos, como nas redes de microfibras, sistemas de navegação GPS, etc.

Desta maneira, podemos observar atualmente, ferramentas similares ao Puçá ainda sendo utilizadas nos dias de hoje (Fotografia 1), podemos ver outros instrumentos agregados ao cotidiano dos pescadores. O objetivo da pesca é o mesmo, porém a metodologia de pesca veio se atualizando com o passar dos anos, até chegar em sua conjectura atual, um misto de contemporâneo e tradicional.

Fotografia 1: Pesca artesanal com uso de ferramenta semelhante ao Puçá realizada no município de São João de Pirabas



Fonte: Arquivo pessoal

A pesca artesanal realizada no município de São João de Pirabas contrasta com a pesca industrial em relação às técnicas utilizadas, aos habitats em que atuam e também quanto aos estoques que exploram. A pesca artesanal é praticada por pescadores autônomos que trabalham sozinhos e/ou com mão-de-obra familiar assalariada ou não, utilizam apetrechos manufaturados e destinam sua produção total ou parcial para o mercado.

Este tipo de atividade ocorre em barcos de menor porte que os da atividade industrial, utilizando pequenas embarcações com casco de madeira de 300 a 500 centímetros, com caixas de gelo para conservar e resfriar o pescado. Os barcos são conduzidos pelo vento ou movidas a remos. Semelhantemente, há embarcações de 800 a 1200 centímetros, trabalho geralmente exercido por familiares ou amigos. Neste âmbito, o pescador artesanal: “é o indivíduo que pratica a pesca profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção inatos, ou mediante contrato de cooperação, assim como descrito por Araújo (2017). No entanto, vale destacar que ainda é possível encontrar muitas comunidades de pescadores artesanais no Brasil (BEGOSSI *et al.*, 2010).

No que se refere aos espaços de pesca, Francisco Oliveira (2004, p.10) reiterou que os pescadores artesanais adquirem recursos em todos microambientes que têm acesso, sendo estes: rios, igarapés, praias, restingas, foz de rios, mar aberto e os próprios manguezais. Estas características foram observadas no litoral pirabense, pois os trabalhadores exploram os manguezais, as águas do rio e as do mar.

4 DESAFIOS VIVENCIADOS PELOS PESCADORES PIRABENSES

De acordo com a segunda etapa da entrevista que foi realizada no dia 10 de junho de 2024, onde foram entrevistados 3 pescadores artesanais do município de São João de Pirabas²,

² Entrevista concedida no dia 10 de junho de 2024 pelo Sr. José Fonseca da Silva, o Sr. João Cardoso Chagas e o Sr. Carlos Natal Ferreira. Sendo autorizado o uso de seus nomes e de suas imagens neste artigo.

foi relatado pelos mesmos que ainda há ausência de amparo dos órgãos locais, tendo o seu trabalho negligenciado e desvalorizado. O primeiro entrevistado foi José Fonseca da Silva (2024), nasceu no município de São João de Pirabas e reside até os dias atuais. Trabalha com a pesca há 50 anos e iniciou ao lado de seu pai para ajudar nas despesas de casa, quando tinha apenas 14 anos. O Sr. Silva (2024) relatou que um de seus maiores desafios em ser um pescador, é enfrentar o mar, em como entrar e sair dele nos dias de chuva e, levar o sustento para a sua família com muita dificuldade. Ressaltou também que gostaria de ter o seu trabalho valorizado pela sociedade e principalmente pela colônia de pescadores do município. Segue o seu relato:

Sempre quem vai lucrar com o nosso pescado, é o comprador. Na maioria das vezes ele vai ser industrializado e ser vendido por um preço mais caro, enquanto nós pescadores mal consegue pagar os gastos que faz, como, por exemplo: montar o seu curral, ter sempre que refazer a sua rede de pesca que se desgasta ligeiro... E nós não temos o amparo de um órgão representativo, como uma cooperativa que nos ajude na prática, como, por exemplo, a colônia de pescadores. Eu pago a colônia há 30 anos e nunca me deram um anzol para botar no meu chapéu. Então, nunca recebi ajuda de lá, tenho que arcar com essas despesas sozinho com o pouco que ganho. E não ter uma embarcação com materiais adequados para pescar deixa tudo mais difícil (SILVA, 2024).

Este relato mostra que mesmo com todas as dificuldades enfrentadas durante esses 50 anos e sem ajuda financeira, o Sr. Silva (2024) sempre persistiu na pescaria. No entanto, esclareceu que sua profissão seria mais leve e valorizada se recebesse o amparo necessário da colônia de pescadores de São João de Pirabas.

“A organização social do município de São João de Pirabas é caracterizada por duas principais entidades: a Colônia de Pescadores Z-08, a qual foi fundada em 26 de junho de 1940, e o Sindicato dos Pescadores e Aquicultores Artesanais de São João de Pirabas (PLDM, 2011).”

Apesar destas entidades estarem presentes no município, poucos indivíduos estão integrados às mesmas, visto que:

“Muitos relatam que há diversos problemas de organização, como apoio logístico, financeiro e social. Todavia, ainda se mantém pequenos cadastros para a região, justificando os 16% associados à colônia que mantém a inscrição ativa para fins de previdência e/ou qualquer outro benefício que houver (GOMES, 2022).”

Também foi averiguado através das pesquisas realizadas *in loco* que a associação dos pescadores Z-8 tem oferecido cursos profissionalizantes aos seus associados, também conta com

salas para médicos e cirurgiões dentistas, contudo não dispõe dos recursos necessários para oferecer este tipo de serviço. Sendo assim, se faz necessário que o poder público intervenha, a fim de que estes atores gozem de condições adequadas para o exercício ótimo do seu ofício. O Sr. Silva (2024) informa que:

A parte boa para mim, como pescador, é quando faço uma boa pesca e trago bastante peixe. Eu me sinto realizado porque ajuda a população e também na sustentabilidade da minha família. Isso pra mim é uma alegria, eu fico realizado como pescador, foi isso que aprendi desde novo com o meu pai e é isso o que gosto de fazer e me sinto completo com uma boa pesca. Mas eu gostaria que fossemos reconhecidos pelos órgãos que nos representam, nos ajudando com aquilo que nós pescadores precisamos para se manter, é importante que tenha órgãos comprometidos com a classe, para que possamos sobreviver e ter acesso aos nossos direitos, eu penso assim (SILVA, 2024).

Logo, a partir do discurso direto supracitado, podemos observar que este ator desfruta quando consegue voltar à sua residência, após obter bons resultados (Fotografia 2), consolidando o processo de captura e venda do pescado. Compreendemos a profundidade dos sentimentos relacionados a esta atividade tão crucial para as zonas costeiras.

Fotografia 2: O Sr. José Fonseca da Silva saindo para retirar peixe do seu curral



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado

O segundo entrevistado foi João Cardoso Chagas (2024), mora no município de São João de Pirabas e trabalha com a pesca há 25 anos, ele diz que começou a pescar aos 15 anos com o seu tio, e que aprendeu muitas técnicas de pescaria com o mesmo, precisou abandonar os estudos cedo para se dedicar somente às atividades pesqueiras e continua na área até os dias

atuais. Relatou também que se considera bom no que faz e que pretende continuar como pescador até quando Deus permitir.

Os entrevistados iniciaram na atividade pesqueira no período infanto-juvenil, sendo incentivados pelos familiares ou por falta de opção e perspectivas futuras ou pelo fato de que o acesso aos estudos no local é limitado e não há nas áreas adjacentes outra atividade econômica de fácil acesso e sem grandes exigências curriculares, que possa prover a renda das famílias.

A seguir, o Sr. Chagas (2024) relatando os empecilhos que precisa enfrentar em alto mar e por ser um pescador artesanal desprovido de reconhecimento, tal qual o primeiro entrevistado:

Olha, um dos desafios de trabalhar como pescador é ter que enfrentar vento forte, mareas grandes (como a gente chama) noites de chuva com relâmpagos e trovões que a gente tem que trabalhar assim mesmo e suportar isso. A melhor parte é quando eu volto pra casa, saber que eu fui e batalhei, trazendo muito ou pouco peixe... o dia de voltar pra minha casa e poder descansar é sempre de muita alegria. A outra parte difícil é a falta de uma colônia de pescadores que não tem... de ter, tem, mas é daquele jeito, todo mundo só quer puxar pro seu lado e esquecem de nós. Aqui não tem uma colônia organizada, e infelizmente é a única sociedade que tem para olhar por nós pescadores. Então, se a colônia não valorizar a gente, outro órgão que faça isso, tá difícil. Na minha opinião, o primeiro passo pra gente ser enxergados, é ter uma colônia que cumpra com o seu papel e dê o auxílio que merecemos (CHAGAS, 2024).

Segundo a fala do Sr. Chagas (2024), o pescador artesanal também enfrenta outros desafios como os riscos de vida em alto mar, sem saber se irá voltar com vida para casa. Além disso, compartilha da mesma opinião do primeiro entrevistado, no que diz respeito ao descaso da administração pública para com os pescadores artesanais do município.

O mesmo também informou que além da pesca, realiza bicos para complementar a renda e ajudar nas despesas em casa, pois a remuneração que consegue com a pesca, é imprevisível e depende muito de uma boa pescaria que nem sempre os favorece.

Através do questionário aplicado em 18 de abril de 2023, os pescadores artesanais que residem na região pirabense relataram que estão se dedicando a outras atividades econômicas além da pesca, como, por exemplo, o comércio ou fazendo bico como moto taxistas. Nos estudos de Capeliesso e Cazella (2011) diz que os mesmos estão deixando a pesca de lado e não a utilizando como fonte principal de renda, em busca de melhor remuneração. Abaixo é apresentado a (Fotografia 3) demonstrando a retirada do pescado.

Fotografia 3: O Sr. João Cardoso Chagas fazendo a retirada do pescado em alto mar com o uso da rede de pesca, juntamente com os seus colegas de profissão



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado

O terceiro entrevistado foi Carlos Natal Ferreira (2024), tem 45 anos e pesca desde os seus 13 anos de idade. Assim como o segundo entrevistado, também precisou deixar os estudos cedo, quando ainda estava no ensino fundamental para ajudar seus pais na renda familiar e se dedicou somente a pesca com seus dois irmãos que também continuam exercendo a profissão até hoje. O referido Sr. Ferreira (2024) argumentou com orgulho que mesmo não tendo a oportunidade de ter terminado seus estudos, sabe escrever o seu nome com perfeição.

Diferente dos dois primeiros entrevistados, o Sr. Ferreira (2024) afirmou que a colônia de pescadores do município olha por ele e garante que terá direito à sua aposentadoria, sendo de suma importância para o seu “descanso” como trabalhador. Discorreu também que falta organização da parte de alguns pescadores com a colônia. Segue o seu relato:

Ainda existem muitos pescadores que não são legalizados com a colônia e não tem documentos de pesca... muitas vezes não tem nem os documentos pessoais, como certidão de nascimento e identidade. Nesse caso, a culpa é do próprio pescador que não se interessa pra ir em busca dessas coisas que fazem falta na vida de qualquer pessoa, e do pescador que só vive da pesca... pior ainda (FERREIRA, 2024).

O entrevistado relatou que não tem muito do que reclamar, mas que gostaria de ter mais segurança no seu âmbito de trabalho e ter como recorrer a uma ajuda imediata, pois se acontecer algum acidente em alto mar, a distância até a cidade pode acabar agravando o seu estado de saúde. Ressaltou também que já sofreu um acidente, mas que conseguiu chegar a tempo no hospital para os cuidados necessários. Para Ferreira (2024):

Eu estava preparando o almoço quando a maresia bateu forte no barco e a panela com óleo quente caiu na minha perna, tive que ir às pressas para o hospital, mas como a gente estava em alto mar, eu sofri um bocado com a queimadura até chegar na cidade (FERREIRA, 2024).

Mesmo com os riscos da profissão de pescador artesanal, observamos que o referido ainda exerce sua atividade com muita satisfação (Fotografia 4). Contudo, o uso de EPI's — Equipamentos de Proteção Individual poderia trazer mais segurança para estes atores.

Fotografia 4: O Sr. Carlos Natal Ferreira exibindo a captura do pescado que realizou em alto mar



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado

A pesca artesanal figura como uma das práticas tradicionais na região amazônica. No entanto, cada comunidade pesqueira apresenta características específicas que moldam as estratégias de manejo dos recursos naturais e do ambiente em que estão inseridas (SANTOS, 2005). Para aprofundar nossa compreensão do contexto da pesca artesanal na comunidade de São João de Pirabas – PA, é relevante salientar que há indivíduos que dependem, direta ou indiretamente da atividade pesqueira. A mencionada comunidade representa um ponto crucial de desembarque para a frota artesanal que opera no litoral paraense, dada sua proximidade com áreas de consumo de produtos pesqueiros.

A partir destas inovações, os territórios de pesca se expandiram, os métodos de conservação do alimento e também as formas de distribuição, perdendo o caráter inicial de coleta para subsistência, fenômeno melhor observado nas comunidades indígenas pesqueiras e, após isso, partindo para um viés econômico, com foco em acúmulo de capital, fato que observamos nas comunidades contemporâneas dedicadas ao ofício da pesca.

Contudo, percebemos que nos estudos de Souza e Prioste (2017) as comunidades tradicionais ainda possuem suas características de subsistência e isso faz parte do modo coletivo que eles têm de viver. Com o avanço técnico-científico no século XX, houve uma transição para uma organização que não se deu de maneira isolada, mas sim por meio de estruturas como associações, federações e confederações. Subseqüentemente, avançaram em direção à “unidade de luta continental e internacional”. Conforme descrito pelo autor, essa organização destituída de hierarquias, burocracias e cargos de direção, ao contrário da modernidade, é moldada pela preservação de distintas identidades culturais das comunidades, que foram previamente desconsideradas. Dado que a representação interna de cada povo é uma questão social complexa e altamente contextualizada, essas novas estruturas, ao enfrentarem conflitos com a modernidade, emergiram de maneira espontânea, fundamentando sua legitimidade no momento e nas reivindicações específicas.

Apesar da modernidade trazer consigo diversas facilidades por meio de recursos tecnológicos, estes grupos mantiveram seus métodos tradicionais de pesca, limitando a escala, magnitude e alcance da atividade. Estes indivíduos continuam a exercer a atividade, porém discretamente e sem grandes impactos na sociedade, levando-os, por vezes, a situações de marginalização e esquecimento.

Esta influência direta exercida por estes atores, implica que estes indivíduos apresentam dificuldades ao acesso a recursos básicos fundamentais como o sistema de saúde e seus benefícios, assim como foi descrito por Tullio (2019) em seus estudos, contudo a comunidade de pescadores artesanais de São João de Pirabas nos dados obtidos no primeiro questionário, apresentou um percentual positivo de 85% em relação ao acesso aos mecanismos básicos de saúde.

Conseqüentemente, é imperativo dizer que ainda existem pescadores artesanais sem acesso a recursos básicos essenciais ao desenvolvimento de atividades laborais salubres. Os dados obtidos também indicaram que 45% dos atores entrevistados já sofreram acidentes durante a execução de suas atividades laborais, corroborando para que estes indivíduos tenham alta necessidade de acesso às questões básicas de saúde, visto que a atividade que desempenham apresenta uma alta taxa de incidência de acidentes, assim como foi descrito nos estudos de

Calazans (2018), contudo Braga (2022) afirma que esta alta incidência de acidentes está relacionada a precariedade apresentada na execução da atividade da pesca artesanal, onde há pouca presença de EPI's e normas de segurança.

Embora a atividade pesqueira desempenhe um papel fundamental na comunidade de São João de Pirabas, destacando-se não apenas no ponto de vista econômico, mas também em termos sociais, é evidente a lacuna de informações que caracteriza o setor da pesca artesanal. Dado que a pesca é uma prática extrativista, é imperativo realizar estudos que abordem a dinâmica de sua execução. Tais análises são cruciais para orientar o desenvolvimento e a implementação de medidas capazes de assegurar, a longo prazo, a preservação deste ofício. A percepção descrita anteriormente também vai conforme os pensamentos apresentados nas observações de Batista *et al.*, (2019).

Esta ausência de informações implica que este grupo possui uma baixa participação social, fato que dificulta a projeção deste ofício para outras esferas, de modo a tornar complexa a obtenção de incentivos fiscais e trabalhistas que possam assegurar uma remuneração adequada aos atores, fenômeno este corresponde os dados obtidos da comunidade de pescadores artesanais de São João de Pirabas, onde os dados indicaram que os atores entrevistados possuem uma renda baixa e seu ofício é familiar, a maioria dos lucros obtidos pelos atores entrevistados são destinados à subsistência dos mesmos, apresentando resultados semelhantes aos dos estudos de Sales *et al.*, 2023. Apesar disto, cerca de 10% dos atores, neste caso, os donos de barco, conseguem obter rendimentos de até 4 salários mínimos, a depender das condições de pesca disponíveis.

Vale ressaltar que, os dados obtidos indicaram também que a comunidade pesqueira local tem baixa renovação de pessoal para o trabalho, como podemos identificar através da faixa etária dos indivíduos entrevistados que está caracterizada conforme os dados obtidos nos estudos de Vieira e Araújo (2006) que identificam esta predominância de indivíduos com aproximadamente 40 anos no arquipélago de Bailique (AP) e Ilha do Pará (AP).

Esta predominância etária é correlata ao fato de que, a maior parte destes indivíduos sofreram com o processo de evasão escolar. Nesta perspectiva, podemos observar o fato de que este grupo transborda e agrega, principalmente, saberes empíricos, técnicas não documentadas e procedimentos de trabalho familiares, dando ênfase aos conhecimentos tradicionais.

O processo de retirada do ambiente escolar ocorre por diversos fatores, França (2015) reitera que estes indivíduos detêm diversos compromissos, como, por exemplo: sustento da família, deveres escolares, afazeres domésticos e trabalhos extras. Estes compromissos

impedem que este grupo tenha interesse em itens incapazes de lhes remunerar ou gerar bem-estar, em curto a médio prazo.

Sobre os dados supracitados, Dias Neto e Marrul (2003) afirmam em seus estudos que a pesca é caracterizada como uma ocupação capaz de absorver mão de obra com baixa ou nenhuma qualificação, seja de origem urbana ou rural. Os resultados provenientes deste estudo indicam que algumas comunidades enfrentam restrições no acesso à educação formal, com a maioria dos entrevistados apresentando baixa alfabetização, não completando o ensino médio.

Vale destacar que, o domínio da arte da pesca artesanal demanda habilidades físicas e intelectuais desenvolvidas ao longo do tempo por meio da prática constante da atividade. É relevante salientar, que o limitado acesso às oportunidades educacionais identificado neste estudo pode estar vinculado à extensão e a variabilidade nos horários de trabalho, já que a maioria dos entrevistados alegou que o período diário de pesca está ligado às condições de pesca observadas durante a execução da atividade.

Logo, esta falta de padrão nas horas de trabalho indica que há uma restrição das atividades educacionais dos pescadores ocasionadas pela incompatibilidade de horários. Esse cenário também foi corroborado por outros pesquisadores, tais como Conceição *et al.*, (2021).

A prática da pesca demanda comprometimento significativo do tempo desses indivíduos, envolvendo não apenas as operações de pesca, mas também a confecção e manutenção dos equipamentos, além da comercialização dos produtos pesqueiros.

Em relação ao tamanho e quantidade de pescado capturado nos últimos anos, todos alegam que tanto no tamanho quanto na quantidade, o peixe está diminuindo e a principal causa apontada pelos comunitários foi o aumento de novas comunidades consumidoras de pescado.

A área de alcance do ofício da pesca é abrangente quando se trata de pesca industrialmente, porém quando tratamos da pesca artesanal, os dados obtidos através das entrevistas indicaram que o alcance médio da atividade realizada pelos pescadores locais é de um raio de 50 km, contudo alguns indivíduos relataram realizar trajetos de até 700 km, em busca de melhores condições de pesca.

Os pescadores entrevistados destacaram que, anualmente, observa-se um incremento no deslocamento em direção a pesqueiros mais distantes, assim como foi observado nos estudos de Carvalho (2021). Essa mudança é atribuída à reduzida captura de peixes na região habitual de pesca, resultando em uma diminuição na produção. Este fenômeno pode ser associado a um aumento no esforço pesqueiro, conforme mencionado em diálogos informais.

Uma análise sistêmica e crítica das informações obtidas nas entrevistas indica que os atores que atuam na pesca artesanal no município de São João de Pirabas têm como mercadoria

os mariscos, pescados e crustáceos, além de seus subprodutos, a exemplo, o “grude” e mesmo com uma grande variedade de produtos, ainda obtém os menores rendimentos financeiros, em comparação com profissionais de outras áreas. Por outro lado, eles apresentam participação nas organizações sociais, além de contribuírem com a previdência social. Mesmo assim, fica claro que estes indivíduos almejam outras funções, porém têm dificuldades em se capacitar e em desenvolver outras atividades distintas à pesca.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjectura atual da cultura artesanal de pesca, visualizada no município de São João de Pirabas, indica que houve manutenção dos saberes tradicionais no transpassar das últimas gerações. O fomento ao desenvolvimento sustentável da comunidade de pescadores artesanais de São João de Pirabas é essencial, pois estes atores detém conhecimentos empíricos não documentados e também contribuem para a conservação dos ecossistemas em que eles realizam o processo de extração de recursos.

É relevante salientar que, uma considerável parcela desses agentes continua a desempenhar suas funções em ambientes que apresentam condições insalubres, caracterizadas por fatores como remuneração aquém do adequado, níveis insuficientes de capacitação, escassa alocação de recursos por parte do poder público e a quase inexistência de uma legislação propícia à promoção e expansão eficaz de suas atividades.

Diante deste panorama desafiador, torna-se evidente a urgência de ações estratégicas para promover melhorias nas condições laborais desses atores. É necessário haverem medidas como o estabelecimento de políticas que assegurem uma remuneração justa, a implementação de programas de capacitação profissional e a criação de mecanismos para captação eficiente de recursos pelo poder público cruciais para garantir a sustentabilidade da atividade. É imperativo desenvolver uma legislação que não apenas reconheça e respeite seus direitos, mas também promova o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades de maneira equitativa. Somente por abordagens abrangentes e adaptadas às especificidades de cada contexto será possível construir um cenário mais justo e sustentável para esses setores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Juliana Silva de et al. Pesca artesanal no município de Guarapari, estado do Espírito Santo: Uma abordagem sobre a percepção de pescadores que atuam na pesca de pequena escala. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 56-71, 2022.
- ADOMILLI, Gianpaolo Knoller. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. **Revista MÉTIS: história & cultura** — v. 8, n. 16, p. 97-119, jul./dez. Caxias do Sul, RS, 2009.
- ARAÚJO, I. X. **Comunidades tradicionais de pesca artesanal marinha na Paraíba: realidades e desafios**. Paraíba, Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraíba (UFPB), 2017.
- BATISTA, Vandick da Silva et al. Frota pesqueira comercial na Amazônia Central: composição, origem, espécies exploradas e mercado. **Revista Agroecossistemas**, v. 11, n. 1, p. 146-168, 2019.
- BEGOSSI, A.; LOPES, P.F.; OLIVEIRA, L.E.C.; NAKANO, H. 2010 **Ecologia de pescadores artesanais da baía de Ilha Grande**. 1ªed. São Carlos: Rima. 298p.
- BRAGA, Mariana Maciel. Caracterização da pesca e da saúde e segurança do trabalho dos pescadores da Baía do Sol, Ilha de Mosqueiro, Pará, Brasil. 2022.
- BRASIL. Instituto Nacional Do Seguro Social. **Trabalho, Emprego e Previdência: Solicitar Seguro Defeso – Pescador Artesanal: Serviço para pedir benefício para a pessoa que sobrevive da pesca artesanal, durante o período em que não puder realizar suas atividades devido à piracema**. [S. l.]: Instituto Nacional Do Seguro Social, 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-seguro-defeso-pescador-artesanal>. Acesso em 24 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de dez. 1991. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110038/lei-de-concessao-do-seguro-desemprego-a-pescadores-artesanais-de-1991-lei-8287-91>. Aceso em: 10 set. 2023.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Emprego e renda: seguro desemprego. Fev 2013. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego-pescador-artesanal.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.
- BRITO ALVES, Alexandre; LIMA, Francisco Daniel Mota. Trabalhadores das águas: impactos socioeconômicos e mudanças na pesca artesanal (Bragança-PA)(Edição 480). **Papers do NAEA**, v. 29, n. 2, 2020.
- BRITO AMARAL, Márcio Douglas; DA SILVA MELO, Josenilson. Rede urbana e pequenas cidades no litoral do salgado paraense: uma abordagem a partir de Vigia, Marapanim e São João de Pirabas-PA. **Acta Geográfica**, v. 17, n. 43, 2023.

BRITO, Tiago Pereira et al. Caracterização socioeconômica e tecnológica da atividade de pesca desenvolvida em São João de Pirabas–Pará–Brasil Socioeconomic and technological characterization of fishing on the São João de Pirabas-Pará-Brazil. **AMBIÊNCIA**, v. 11, n. 3, p. 699-720, 2015.

BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Editora Garamond, 2018.

CALAZANS, Elíne Monteiro. Pescadores Artesanais do Litoral de Alagoas: Socioeconomia e Acidentes de Trabalho Envolvendo Organismos Marinhos. **Revista Portal: Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 831-848, 2018.

CÂMARA, Isaias Farias; SILVA, Rhaiane Rodrigues. Mapeamento e evolução da ocupação irregular em falésias do litoral leste cearense, Nordeste do Brasil. **Geosciences**, v. 40, n. 04, p. 1033-1046, 2021.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antonio. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Ibituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, v. 14, p. 15-33, 2011.

CARVALHO, Thayanne Cristine Caetano et al. Socioeconomia e etnoconhecimento de pescadores artesanais da comunidade do Cajueiro, distrito de Mosqueiro, Amazônia Oriental. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, p. e12410212336-e12410212336, 2021.

CONCEIÇÃO, Laíse Carla Almeida et al. A pesca artesanal e os agravos à saúde do pescador no município de Curuçá, estado do Pará, Brasil. **Revista Sustinere**, v. 9, p. 103-117, 2021.

CROUCH, M.; MCKENZIE, H. The logic of small samples in interview-based qualitative research. **Social Science Information**, v.45, p. 483-499, 2006.

CHAGAS, João Cardoso. **Entrevista**. [jun. 2024]. Entrevistador: Dariane Pinheiro Barroso. São João de Pirabas, 2024.

DAADY, Márcia Dayane Vilhena et al. Pesca do apaiari, *Astronotus ocellatus* (Agassiz, 1831), e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais de uma região da Amazônia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, p. 363-378, 2016.

DE ALMEIDA GOUVEIA, Nelson et al. O seguro defeso do pescador artesanal: evolução dos recursos e beneficiários no estado do Pará. **Revista Monografias Ambientais**, p. 75-85, 2015.

DA SILVA, José Fonseca. **Entrevista**. [jun. 2024]. Entrevistador: Dariane Pinheiro Barroso. São João de Pirabas, 2024.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 de jun. 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2023.

DIAS-NETO, José; MARRUL-FILHO, Simão. Síntese da situação da pesca extrativa marinha no Brasil. **Brasília: Ibama**, 2003.

FAO (2012) - The state of world fisheries and aquaculture. 209p., **Food and Agriculture Organization (FAO)**, Roma, Italia. ISBN: 978-9251072257. Disponível on-line em <<http://www.fao.org/docrep/016/i2727e/i2727e00.htm>> Acesso em: 04 de agosto. 2023.

FRANÇA, Lais. **Evasão escolar na educação de jovens e adultos**. 2015. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Faculdade de Pará de Minas, Pará de Minas.

FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; RIVAS, Alexandre Almir Ferreira. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Central. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 58, n. 3, p. 30-32, jul./set. 2006.

FERREIRA, Carlos Natal. **Entrevista**. [jun. 2024]. Entrevistador: Dariane Pinheiro Barroso. São João de Pirabas, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Dioclecio Soares et al. **Espacialização socioeconômica de populações tradicionais: uma compreensão sobre a atividade pesqueira em São João de Pirabas e Salinópolis (PA)**. v.32, p. 59-74, 2020.

GOMES, João Augusto Severino et al. A cadeia produtiva da pesca artesanal da vila de Japerica, São João de Pirabas, Pará, Brasil. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html>>. Acesso em: 10 de setembro. 2023.

JÚNIOR, Jaime Ribeiro Carvalho et al. O conhecimento etnoecológico dos pescadores yudjá, terra indígena paquichamba, volta Grande do rio Xingu, PA. **Tellus**, p. 123-147, 2011.

KENDALL, L. The conduct of qualitative interview: research questions, methodological issues, and researching online. In: COIRO, J., KNOBEL, M., LANKSHEA, C., LEU, D. (Eds.). **Handbook of Research on New Literacies**. New York: Lawrence Erlbaum Associates, p. 133-149, 2008.

Kendall, M.S., Bauer, L.J., Jeffrey, C.F.G., 2008. **Influence of benthic features and fishing pressure on size and distribution of three exploited reef fishes from the Southeastern United States**. Trans. Am. Fish. Soc. 137, 1134–1146.

KNOX, Winifred; TRIGUEIRO, Aline. A pesca artesanal, conflitos e novas configurações. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, 2014.

LEBRE, E. A. T.; SCHMITZ JUNIOR, M. J.; CARVALHO, R. M. Projeto de extensão sobre a segurança da navegação e a prevenção de acidentes na pesca artesanal. **Revista Eletrônica de Extensão**, v. 11, n. 17, p.141-151. Florianópolis, 2014.

LEITÃO, W. M., 1995. **Pesca e políticas públicas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Antropologia, 11(2): 185-198.

MANESCHY, M.C. 1993. Pescadores curralistas no litoral do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência* 10: 53-74.

MASON, M. Sample Size and Saturation in PhD Studies Using Qualitative Interviews. *FQS*. v. 11, n 3, 2010.

MÉRONA, Bernard. Pesca e ecologia dos recursos aquáticos na Amazônia. Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: **Museu Paraense Emílio Goeldi**, 1993. p. 159-185.

Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 46, de 27 de outubro de 2005. Diário Oficial da União. Gabinete da Ministra. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mp.gov.br/portalweb/hp/9/docs/in_ibama_46-05.pdf> Acesso em:

NÉDÉLEC, C. e PRADO, J. 1990. Definition and classification of fishing gear categories. (Définition et classification des catégories d'engins de pêche/Definición y clasificación de las diversas categorías de artes de pesca). **FAO Fisheries Technical Paper**, Roma, 222 (Revision 1): 1-92.

NEVES, SILVÉRIO DAS; VICECONTI, PAULO. **Introdução à economia**. Saraiva Educação SA, 2017.

OLIVEIRA, F. P. **Avaliação dos impactos socioambientais de projetos de Extensão no litoral bragantino**, Bragança-Pará. Bragança, Dissertação (Biologia Ambiental) – UFPA, 2004.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de; SILVA, Vera Lúcia da. O Processo de Industrialização do Setor Pesqueiro e a Desestruturação da Pesca Artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. **Sequência (Florianópolis)**, p. 329-357, 2012.

SALES, Ana Carolina de Souza et al. **O Perfil pesqueiro comunitário e a conservação de espécies em ambientes rurais amazônicos: estudo de caso no nordeste paraense**. 2023. Tese de Doutorado. UFPA/Campus Belém-Pará.

SANTOS BENTES, Elisabeth et al. A pesca artesanal a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, 2014.

SANTOS, Deusilene Costa et al. 2176 Análise da construção de currais-de-pesca no município de São João de Pirabas-Pará, Brasil. **Tropical Journal of Fisheries and Aquatic Science**, v. 20, n. 1, p. 13-20, 2020.

SANTOS, G. M. & Santos, A. C. M. (2005). Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**. 19(54):165-82.

SCHENSUL, S. L.; SCHENSUL, J. J.; LECOMPTE, M. D. *Essential Ethnographic Methods: Observations, Interviews and Questionnaires*, second ed. **Altamira Press**, Walnut Creek. 1999.

SOUZA, Carlos Frederico Marés de; PRIOSTE, Fernando. Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, p. 2903-2926, 2017.

TEIXEIRA, Gibran da Silva. O Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para Embarcações Pesqueiras e seus impactos sobre indicadores do mercado de trabalho e da produção pesqueira extrativa no Brasil. **Cadernos ENAP**, 2022.

TIROLE, Jean. **Economia do bem comum**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

TULLIO, Adriana Oliveira Souza de. Acesso aos serviços de saúde de uma comunidade tradicional pesqueira no Nordeste do Brasil: limitações de uma realidade peculiar. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo, Atlas, 2009. 94p.

VIEIRA, I. M.; ARAÚJO-NETO, M. D. Aspectos da socioeconomia dos pescadores de camarão da Ilha do Pará (PA) e Arquipélago do Bailique (AP). **Boletim do Laboratório de Hidrobiologia**, 19:85-94. 2006.

XIMENES, L. F. Produção de pescado no Brasil e no Nordeste Brasileiro. **Caderno Setorial ETENE**, Ano 5, nº 150, Janeiro: BNDES, 2021.

BRASIL, 2020. Portaria SAP/MAPA Nº 325, de 30 de dezembro de 2020. Proíbe a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, a comercialização de qualquer indivíduo da espécie *Ucides cordatus*, conhecido popularmente como caranguejo-uçá, nos Estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, durante o período de andada de 2021 a 2024. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 de dezembro de 2020.